

Tudo o que Era Sólido se Desmancha no “Eu”: Construção da Identidade e Produção Material em Torno de *São Bernardo*

*Fernando de Sousa Rocha*¹

Resumo: Neste artigo, busco salientar as relações que se estabelecem entre construção da identidade e produção material a partir do romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos. Tido como um romance de crítica ao modo capitalista de produção econômica, *São Bernardo* também aponta, no entanto, para as diferentes transposições que se realizam entre identidade e produção material. O enfoque deste artigo recai, particularmente, sobre as questões do nome e dos legados, das transferências entre sujeitos e objetos, da alienação resultante da produção e do processo de citações que permeia a construção identitária.

Palavras-chave: Citação. Identidade. Nome. Produção material.

Abstract: In this article I attempt to highlight the relations established between identity construction and material production, based on the novel *São Bernardo*, by Graciliano Ramos. Read as a novel in which the author develops a critique of the capitalist mode of production, *São Bernardo* also points, however, the different transpositions that take place between identity and material production. The focus of this article especially lies on the questions of the name and legacies, the transferences between subjects and objects, the alienation resulting from production as well as from the citationality process that permeate the identity construction.

Keywords: Citationality. Identity. Material production. Name.

É difícil o leitor simpatizar com Paulo Honório, protagonista de *São Bernardo*. Através do personagem, Graciliano Ramos exacerba sua crítica

¹ Ph.D. em Literatura Comparada pela University of Southern California (EUA), é professor associado do Middlebury College (EUA). Publicou recentemente um livro sobre Graciliano Ramos intitulado *Subaltern Writings: Readings on Graciliano Ramos's Novels* (Peter Lang, 2013).

tanto às relações de poder que estruturavam o universo rural nordestino quanto ao papel que a forma capitalista de produção econômica iria desempenhar nesta mesma estrutura. Acima de tudo, Paulo Honório representa a reificação do ser humano diante de uma lógica na qual prevalece a acumulação de capital sobre as relações humanas, baseadas em parâmetros outros que não a produção de excedente de capital. Não obstante, pondo de lado as considerações éticas, por si mesmas tão evidentes na narrativa de Graciliano Ramos, o que vemos é uma habilidosa indicação, no próprio texto, da inevitável interdependência entre construção identitária e produção material. Esta interdependência não é, contudo, exclusiva de um personagem como Paulo Honório, fazendeiro, terratenente, produtor rural. O que vemos, neste conturbado espelho que é *São Bernardo*, é justamente a imagem da nossa própria construção do “eu”, de nossa inserção também neste universo de produção econômica e das transposições que necessariamente se dão entre uma esfera e outra. O que se reflete no romance são nomes que perpassam o espaço do próprio e do corporativo, e que dizem as incertezas dos legados e da alienação que se instaura, a despeito de qualquer impulso ideológico, no seio mesmo da produção material (e da construção de identidade); são escritas e textualidades que procuram evitar o esgarçamento do “eu” pela alienação, mas que se convertem em traços espectrais; são, enfim, outros nomes que, embora apenas mencionados, precisam ser ditos, já que o processo de citação é parte fundamental da construção identitária.

Começamos, pois, pela questão do nome e com uma pergunta inicial: como podemos dar conta de nosso próprio nome, daquilo que deveria nos identificar, encapsulando uma identidade em uma sequência de letras e fonemas à qual devemos responder? “Meu nome é” e “eu sou” não são exatamente a mesma fórmula, embora as tomemos frequentemente como intercambiáveis. “Meu nome é” introduz uma diferença, um distanciamento entre “Eu” e o nome, entre quem quer seja (ou o que quer que seja) que me serve de ponto de apoio para que eu possa me identificar e as não-palavras (pois um nome nunca

significa nada ou ninguém em particular) que mais apropriadamente nos designam: um nome próprio. “Meu nome” pode ser dito por outros em meu nome, nas formas de identificação previstas pela gramática, como “o nome dele é”. Desta forma, “meu/seu (etc.) nome” sempre nos antecede, na voz paterna ou materna que nos anuncia ao mundo: “O seu nome vai ser”. Nosso futuro estar no mundo está selado, desde o princípio, por um nome. “Eu sou”, por outro lado, constitui uma promessa: a de desfazer o mesmo distanciamento entre nome e ser. Implícito nesta fórmula do “eu sou” está um *vir-a-ser*, uma trajetória ôntica que leva, a partir de um certo momento, a uma série de formulações do “Eu sou”, as quais nunca são idênticas, embora possam ser proferidas com a mesma força definidora. Apenas a experiência vivida pode arrastar o sujeito da fala inarticulada de um *infans* investimento em uma identidade, quando o sujeito, interpelado por um nome, deve responder ao mesmo.²

Que os nossos nomes nos precedam, com o desejo de nossos pais – isto é, o fato de que os nossos nomes nos são dados por estes Outros – apenas reforça o fato de que os nomes nos situam em uma rede de relações familiares e que, acima de tudo, indicam uma dívida. Nós nascemos na nossa relação com uma dívida que os nossos nomes endossam. Nossos nomes constituem índices de uma transferência que tem de se dar entre diferentes gerações. Em nossos nomes próprios vêm inscritas as contradições de tal transferência, na medida em que sempre representamos uma linhagem ao mesmo tempo em que divergimos dela. Nossos prenomes deveriam, antes de mais nada, inserir uma variação no legado que recebemos, mesmo quando há uma flagrante continuidade no esperado processo de identificação entre o sujeito e o legado. Em outras palavras, os prenomes garantem ao sujeito um certopoder “autorial” em relação ao legado, mas ao mesmo tempo não podem existir sem este. Nenhum prenome é completo sem um sobrenome, um suplemento que localiza o sujeito mais precisamente ao mesmo tempo em que confere ao legado a continuidade que o nome próprio, enquanto excedente,

² Judith Butler aponta para o fato de que ser chamado por um nome, nas diferentes formas desta ação, constitui um exemplo da noção althusseriana de interpelação. No entanto, Butler (1993) insiste que o chamado da lei produz uma série de consequências que extrapolam e confundem o que, aparentemente, seria a intenção disciplinadora por detrás da lei.

pareceria romper. Implícito em nossos nomes está o fato de que se espera que nos definamos (e que, portanto, construamos um “eu” para ser definido) em relação ao que deveríamos aceitar como herança. Um sobrenome é, neste sentido, a garantia paradoxal de um “si mesmo” para um “eu” que ainda está por vir.³

Mas o que fazer quando não há legados nem prenomes ou sobrenomes que indiquem ao sujeito a herança que deve abraçar? Pelo status problemático das heranças nos três primeiros romances de Graciliano Ramos, fica evidente que não há nada mais incerto do que as transferências inerentes à transmissão de um legado. Em *Caetés*, João Valério tem de vender a casa e o gado que herdara, já que não tinha dinheiro para se sustentar. Em *Angústia*, Luís da Silva nada tem o que vender. Tudo o que pertencera a sua família é confiscado pelos credores uma vez que seu pai falece. Nos dois casos, o sangramento ou completa exaustão de capital determina um legado que vem marcado pela falta. Esta falta enquanto legado, salientada em *Angústia* pelo encurtamento do nome, exacerba-se em *São Bernardo*.⁴ Ao contrário dos protagonistas de *Caetés* e *Angústia*, Paulo Honório tem um nome “importante” (ao menos a seus olhos), mas sem nenhum ascendente a quem tal nome se refira. Conforme ele mesmo afirma ao narrar sua trajetória de vida, os nomes de seus pais não aparecem escritos em sua certidão de nascimento, o que ele justifica dizendo que “[p]rovavelmente eles tinham motivo para não desejarem ser conhecidos” (RAMOS, 1997b, p. 10). Mas que motivos exatamente poderiam levar pai e mãe a abdicar de sua paternidade e maternidade? Seria demasiado suspeitar que Paulo Honório seria, na verdade, um filho bastardo?

Tal incerteza, inscrita no próprio nome de Paulo Honório, não seria apenas falta de informação ou sua relutância em admitir sua condição de filho ilegítimo. Mais importante do que isto, a incerteza constitui a noção mesma, a que sua existência, no seu decorrer, irá se apegar; é ela, afinal, o legado de seus pais ausentes, a herança que Paulo

³ Sobre a questão do nome, ver Kripke (1980), Bourdieu (1994) e Derrida (1995).

⁴ É o próprio Luís da Silva quem afirma que o nome de seu pai ficara “reduzido a Camilo Pereira da Silva” (RAMOS, 1997a, p. 11). Tal redução do nome, de avô para pai e de pai para filho, já foi salientada por críticos como Antonio Candido (1992, p. 38).

Honório deve reivindicar para si. Não é à toa que o personagem procura subestimar a inexatidão de sua data de nascimento, a qual pode haver sido alguns meses antes ou depois da data registrada, não configurando realmente grande diferença. “Isto vale nada,” Paulo Honório conclui, uma vez que “acontecimentos importantes estão nas mesmas condições” (RAMOS, 1997b, p. 11). Sem demonstrar preocupação com o que diz o documento, Paulo Honório tem aparentemente a mesma atitude frente aos nomes de seus pais. Que diferença eles podem fazer? Não seriam eles também, como no caso de sua data de nascimento, apenas um pouco mais ou menos do que os nomes reais? Não quereria isto dizer que qualquer nome serviria e que, no fim das contas, pouco valeriam? Coisas importantes – as que realmente definem uma pessoa – não acontecem a despeito das incertezas que poderiam marcar até certos índices fundamentais da identidade, tais como o nome ou a data de nascimento? Ainda assim, Paulo Honório tem de admitir que sente “alguma decepção” por não saber ao certo (RAMOS, 1997b, p. 11), o que ressalta o fato de que a incerteza gera sentimentos e modos de percepção ambíguos. A narrativa de Paulo Honório evidencia enfim que não há nada mais certo que a incerta transferência de um nome e que os legados que nomeiam frequentemente se perdem de uma geração a outra.

É isto, em certo sentido, o que Paulo Honório diz a Luís Padilha, cuja fazenda Honório adquire ao emprestar um dinheiro que, ele bem sabe, Padilha jamais será capaz de pagar de volta. “Seu pai esbagaçou a propriedade” (RAMOS, 1997b, p. 18), afirma Honório quando Padilha lhe pede um empréstimo para plantar mandioca. Seu comentário certamente faz parte de um jogo para tomar posse da fazenda, a parca herança que cabia a Padilha. Na verdade, Honório está ganhando tempo para que possa avaliar a situação da fazenda, especialmente em relação às disputas de terras com um fazendeiro vizinho. No entanto, o comentário também aponta para a incerteza inerente à passagem de um bem de um proprietário aos seus descendentes. Embora Salustiano, pai de Padilha, tenha realmente arruinado a sua propriedade, não se pode dizer que não tivera visão, ambição, ou mesmo entendimento dos processos

de acumulação de capital. Como o próprio Paulo Honório observa, Salustiano estivera investindo na educação de seu filho e, se o mesmo houvesse investido tanto quanto o pai, os dois poderiam ter assegurado uma posição social privilegiada. No entanto, Padilha apenas esbanjara o capital da família, como se este não precisasse ser reproduzido. Se Salustiano “esbagaçou a propriedade” foi porque não reconheceu em seu filho o herdeiro que capital e propriedades requeriam. Dada esta divergência entre proprietário, herança e descendente, abre-se um espaço no qual um “verdadeiro” herdeiro pode reclamar o direito de se apropriar de um capital mal aproveitado. Se Padilha não sabe como transformar a fazenda que herdara de seu pai em um empreendimento lucrativo, alguém o deveria fazê-lo.

Uma fazenda esbagaçada também indica, contudo, outro tipo de transferência pertinente à reprodução de capital e de propriedades, já que o verbo “esbagaçar” refere-se ao processo de produção que deixa, como resto, o bagaço. Nenhum tipo de produção, a escolha de palavras de Honório sugere, pode ocorrer sem a transferência de energia e matéria produtiva ou sem resultar também em matéria improdutiva. Neste sentido, o bagaço funciona como objetivação da força humana que deve ser aplicada e transferida a qualquer produto durante o processo de produção, como Marx aponta n’*O capital*. Sendo assim, ao relembrar sua infância, Honório declara: “Até os dezoito anos *gastei muita enxada ganhando cinco tostões por doze horas de serviço*” (RAMOS, 1997b, p. 11, grifo nosso). Entretanto, não são apenas objetos, como enxadas, que são gastos na produção. Tendo trabalhado no eito, precisamente para o pai de Padilha, Paulo Honório sabe muito bem que os trabalhadores, e sua energia e força de trabalho, também são gastos. Ainda menino, vivendo com mãe Margarida, Honório areava o tacho que usavam para cozinhar; em compensação, “dele receb[eu] sustento” (RAMOS, 1997b, p. 57). E conclui: “Margarida utilizou-o [o tacho] durante quase toda a vida. Ou foi ele que a utilizou” (RAMOS, 1997b, p. 57). Sem que constituam uma pergunta, as duas asserções de Paulo Honório não são mutuamente excludentes. Não se trata de escolher entre as duas ou de

se chegar a uma revelação do que “realmente” acontece no processo de criação, em cujo caso a segunda assertiva suplantaria o que seria tão somente uma percepção superficial na primeira. Ao contrário, as duas asserções, conectadas por um “ou” um tanto quanto ambíguo, devem ser entendidas como possibilidades que se alternam ou que se fundem em sua indecidibilidade. Os produtores estão sempre se usando à medida em que usam os objetos, e, portanto, a questão da posse se impõe, mas de uma maneira que não está dissociada à do nome.

Receber o sustento não implica um futuro para além do âmbito individual, uma vez que, ao produzir para os outros, a força humana ou o corpo usado transfere-se para um objeto que estampa o nome de outro. Neste sentido, também o mundo objetivo, pelo caráter excessivo da propriedade (e, portanto, do próprio), pode fazer com que um nome seja mais do que um legado em si mesmo, reduzido ao vazio dos nomes. Se o nome de Paulo Honório não se refere a antepassados, não é de se estranhar que sua narrativa esteja pontuada pelo olhar. Honório frequentemente volta o olhar para o mundo que ele criara a fim de contemplar os animais, os edifícios ou as estradas. Ao lembrar da surra que dera no jornalista Costa Brito por difamar seu nome, Honório afirma que não houvera necessidade de nenhum xingamento, já que as palavras nem aumentavam nem diminuam o valor da surra. Cingido por um nome que, em si mesmo, nada mais é do que um vazio, Honório concentra-se na produção material e nas transferências que a constituem para que um “eu” possa emergir no processo.

A contabilidade, neste sentido, torna-se uma tecnologia e discurso úteis, uma vez que é a escritura da produção, registro das transferências que, sem serem anotadas, põem em risco o próprio processo de produção.⁵ *En passant*, Honório menciona em sua narrativa o ato de registrar uma transferência de capital. Era princípio de mês, e ele tinha de pagar João Nogueira, o advogado, por seus serviços. Sem que Honório lhe pedisse, o guarda-livros, seu Ribeiro, toma nota dos valores, ajustando as contas a fim de que os livros refletissem fielmente

⁵ Sobre a relação entre o nascimento da escrita e a contabilidade, ver Schmandt-Besserat (1989) e Olson (1994).

a realidade econômica. Tudo isto, no entanto, vem narrado de maneira sutil, quase imperceptível. Honório faz sua observação de passagem e seu Ribeiro, uma vez feito o registro, retira-se discretamente, o que vem a corroborar a ideia de que a escrita permanece à margem da produção material. Mesmo em relação à contabilidade, é como se a escritura constituísse uma projeção espectral sobre (e da) produção material, como as práticas contábeis de seu Ribeiro atestam. Nestas também se inscrevem uma disputa pelos espaços de construção da identidade.

Seu Ribeiro é, de acordo com a história que ele conta a Paulo Honório (e que este por sua vez nos conta), um homem que havia sido suplantado pelo progresso e pela modernização, tendo perdido gradualmente todo o poder simbólico e econômico que exercia sobre os outros habitantes do lugarejo. Depois de virar indigente, tudo que lhe restava, ao ser contratado por Honório, era escrever, desenhar cuidadosamente as letras que incluía nos livros de contabilidade. “Escrevia neles com amor lançamentos complicados,” Honório relata, “e gastava quinze minutos para abrir um título, em letras grandes e curvas, um pouco trêmulas, as iniciais cheias de enfeites” (RAMOS, 1997b, p. 98). Estes livros, nos quais parte da história da acumulação e produção de capital de Paulo Honório está inscrita, eram o único legado de seu Ribeiro, pois mesmo que os registros se referissem às transações econômicas de seu patrão, a letra era sua. Esta talvez revelasse a mão que as escrevera, o homem por detrás da caligrafia, visto que, como Honório mesmo reconhece, “[o] reduzido calor que [seu Ribeiro] ainda guardava servia para aquecer aqueles livros grossos, de cantos e lombadas de couro” (RAMOS, 1997b, p. 98). O que está em jogo aqui não é apenas o uso da força humana para garantir a produção de riqueza, mas também uma transferência de energia quase mágica.

Ao tocar naqueles livros, quem os abrisse deveria poder entrar em contato com seu Ribeiro, sentir-lhe a energia ainda presente em uma outra matéria. Seu Ribeiro pouco se importa com a técnica contábil. Embora não esteja completamente de acordo com o método que Madalena empregaria, se fosse substituí-lo, reconhece que esta poderia encarregar-se da escritura, já que conhece o assunto e tem boa caligrafia.

Como forma de arte, a escrituração contábil de seu Ribeiro requer uma herdeira apropriada. Morreria em paz, diz ele, se pudesse deixar os livros para “uma pessoa que não viesse estragá-los com raspadelas” (RAMOS, 1997b, p. 98). Em meio aos registros de transações econômicas, como num palimpsesto, deveríamos poder ler, ao tocar as páginas dos livros, a presença física de seu Ribeiro transposta a outra matéria. Seria preciso, em certo sentido, ler nas entrelinhas ou no preto da tinta para se poder sentir, lado a lado com o capital registrado, a persistente existência de seu Ribeiro. Toda produção material, a escrituração de seu Ribeiro parece demonstrar, é também a produção de nomes espectrais e de uma matéria fantasmagórica que só se revela como uma presença constante, agindo sobre as supostas realidades e transformando-as, conforme sugere a socióloga Avery Gordon (1997, p. 8). Em todo objeto reside o espectro do Outro, e não só o dos enfeitados da história; aí também estão as marcas de um “eu” que se quer constantemente Outro.

Até certo ponto, isto está implícito na afirmação de Honório de que tudo está fora dele, todas as vantagens que, supostamente, conquistara na vida, tais como casas, terras, móveis, gado, e até mesmo o respeito dos políticos. Tudo isto, ele admite, não fizera dele uma pessoa melhor. Este reconhecimento de que tudo está fora dele é, de certa maneira, uma lição aprendida nos percalços da vida, mas também toca na questão da alienação. “As coisas são,” Marx aponta, “em si e para si, externas ao homem e, portanto, alienáveis” (MARX, 1996, p. 212). É, portanto, o caráter de coisa dos objetos que torna possível o distanciamento e a alienação entre os seres humanos e os objetos resultantes de sua produção. A alienação é sempre, neste sentido, parte integrante da objetividade do mundo, mas só se torna constitutiva de nossa autopercepção uma vez que “os homens se defront[a]m, tacitamente, como proprietários privados daquelas coisas alienáveis e portanto, por intermédio disso, como pessoas independentes entre si” (MARX, 1996, p. 212). Tomar posse do que está fora de nós é justamente o que produz a nossa alienabilidade frente às coisas e, conseqüentemente, em relação uns aos outros. Tal processo é resumido na forma dinheiro. “Por ser a figura alienada de todas as outras mercadorias ou o produto

da sua alienação geral,” propõe Marx, “é o dinheiro a mercadoria absolutamente alienável” (MARX, 1996, p. 233). Enquanto objetivação de uma abstração, o dinheiro reflete-se “em todos os corpos das mercadorias como o material ofertado à sua própria conversão em mercadoria” (MARX, 1996, p. 233). Sem forma nem corpo, o dinheiro é a própria incorporação do espaçamento da alienação bem como do entre-lugar que diz um vazio e o lugar incerto da produção da identidade. O dinheiro é, no fim das contas, a forma econômica da identidade, com seus tipos específicos de transferência, o espelhamento de que fala Marx. Os objetos apenas podem ser possuídos na medida em que fazem parte dos reflexos e projeções subjacentes à formação identitária e, conseqüentemente, às práticas de citação que, segundo as teorias de Judith Butler (1993), são elemento fundamental nesta formação.

É isto justamente o que vemos na propaganda pessoal de Paulo Honório. De modo a poder levar seus produtos ao mercado, constrói uma estrada, sobre a qual o jornalista Azevedo Gondim escreve dois artigos, citando tanto Henry Ford quanto Delmiro Gouveia. Sem dúvida alguma, uma citação apropriada, ela extrapola, no entanto, o caso particular da distribuição de produtos. O que importa para Honório, no que concerne a estes nomes e a suas relações com o seu próprio nome, é a citação mesma. “Azevedo Gondim compôs sobre ela [a estrada de rodagem] dois artigos, chamou-me patriota, *citou* Ford e Delmiro Gouveia” (RAMOS, 1997b, p. 40, grifo nosso). Ao invés de não ser marcada (ou ser dissimulada), como Butler sugere (1997, p. 51), aqui, o processo de citação é apontado; ele é chamado precisamente de uma citação, mas feita por outro falante, o que estabelece precisamente a base para uma definição tão direta. Em outras palavras, a citação do próprio Honório só pode permanecer dissimulada e, portanto, eficaz, na medida em que a de Gondim é explicitada. Ao citar a citação de outro, Honório reforça o fato de que o que está em jogo é uma relação que vai além da mera dívida ou afiliação.

Fica evidente, através desta citação do processo mesmo de citação, a instabilidade de uma autoridade “anterior” cuja ascendência não pode ser pensada em termos cronológicos. Não se trata simplesmente do fato

de que tanto Henry Ford como Delmiro Gouveia viveram antes de Paulo Honório e que, por conseguinte, poderiam ser tomados como modelos. Pelo contrário, é na própria prática de citação, potencialmente infinita em suas regressões, que o embasamento de toda autoridade constitui-se como um diferimento sem fim (BUTLER, 1993, p. 107-108). Não é de se admirar que o que permanece implícito na narrativa de Paulo Honório sejam analogias não mencionadas, já que ele não revela que aspectos de seu empreendedorismo Gondim compara aos de Ford e Gouveia. É como se tudo fosse escusado dizer e, se assim for, fica substanciado não só o caráter de transmutabilidade das citações, mas também a possibilidade de se garantir um futuro de reiterabilidade para as mesmas. Um olhar atento para as narrativas (autobiográficas ou não) tanto sobre Ford como sobre Gouveia sugere justamente esta transmutabilidade e reiterabilidade da citação dos nomes de ambos os industrialistas para a narrativa pessoal de Paulo Honório.⁶

Antes de mais nada, há o poder generativo do nome. Em *Today and tomorrow*, publicado em 1926, Forde Crowther apontam para o fato de que, em menos de duas décadas, sua companhia já havia produzido dez milhões de automóveis, mas que estes números, por si sós, eram pouco interessantes. O que realmente importava era que, ao aumentar a produção, aumentava também o número de homens, mulheres e crianças que viviam de uma mesma ideia, ou seja, o carro Ford (FORD; CROWTHER, 1988, p. 2-3). O mesmo também pode ser dito em relação a Delmiro Gouveia, que se autodefinia como “a salvação das populações pobres do interior e recurso profícuo [...] durante as secas flageladoras” (GOUVEIA, 1899, p. 5), e com relação a Paulo Honório em *São Bernardo*, já que sua riqueza começa com um empréstimo de cem mil-réis que eventualmente “estiraram como borracha” (RAMOS, 1997b, p. 105), vindo a trazer conforto material a todos os que viviam em sua fazenda. O que cada um destes nomes identifica, portanto, é uma

⁶ O próprio texto de Graciliano Ramos (1984, p. 119) sobre Delmiro Gouveia, intitulado “Recordações de uma indústria morta”, serviria aqui de exemplo destas características da citação. Poderíamos mencionar, entre outros trechos: Gouveia “passou a infligir a criadores e intermediários as regras a que se havia sujeitado em tempos duros” (p. 118); Gouveia exercia um “domínio [...] sobre as vontades alheias”; ele “torturava, [...] manejava despoticamente e [...] estirava pelos arredores uma autoridade sem limites” (p. 120); em sua organização funcional do trabalho, “instrumentos e pessoas” viviam “em roda viva” (p. 120), etc.

produção significativa das condições de reprodução da vida humana, de modo que diversas existências transcorrem sob os auspícios de um só nome que, pode-se dizer, é corporativo.

Citar o processo de citação é, neste sentido, nada mais do que a *performance* linguística da “verdadeira” produção, qual seja, a geração de um nome público sob o qual existências privadas podem ser vividas. Tais nomes produzem as condições de sua reprodução, o que justifica a afirmação de Honório de que era “o iniciador de uma família” (RAMOS, 1997b, p. 11).⁷ Nenhum outro exemplo ilustra melhor esta geração do que os deslizamentos verificados no uso de nomes próprios, que acabam por se distender pelo mundo objetivo. Ford passa a ser o nome de um carro e de uma companhia; Delmiro Gouveia torna-se o nome de uma cidade e de um município, onde o industrialista viveu parte de sua vida, e delmirenses, seus habitantes. No entanto, precisamente porque os nomes de “verdadeiros” produtores podem ser distendidos, dependem ainda mais da figura do “iniciador” e do “eu” por trás do nome, como vemos no caso de Gouveia.⁸

Construções identitárias baseiam-se no ideologema biográfico do projeto, o qual é indicado linguisticamente através de marcadores temporais, tais como “desde sempre” e “sempre” (BOURDIEU, 1994, p. 81). Por serem altamente ambíguos, estes marcadores também apontam para uma presença quase a-histórica e, apesar desta atemporalidade, para um fato ou momento biográfico quando o “eu” do iniciador passa a existir. Assim, ao escrever sobre o desejo de Gouveia de diminuir ou eliminar o sofrimento de “tantos irmãos, nordestinos como ele, vítimas da seca, dos maus governos, dos cangaceiros, das questões de família”, Lima Júnior associa a intenção do industrialista com tudo o que o próprio Gouveia padeceu como órfão (LIMA Jr, 1963, p. 169). Embora possa ser uma raiz para o cuidado que Gouveia parecia ter com os descamisados, este traço biográfico não é, contudo, o momento quando o “eu”

⁷ F. Magalhães Martins (1963) define Delmiro Gouveia como um *pater familias*, devido à sua “missão patriarcal e educadora”, estendendo assim a noção de família para além dos laços sanguíneos. Sobre a noção de parentela dentro do coronelismo nordestino, ver Queiroz (1976).

⁸ Esta distinção do nome é evidente quando Delmiro Gouveia, para defender-se de ataques aos seus empreendimentos comerciais, menciona “melhoramentos a que seu nome *estálgado*” (GOUVEIA, 1899, p. 5, grifo nosso); do mesmo modo, o título do texto de Graciliano sobre Delmiro refere-se a uma indústria, substituindo o iniciador pela coisa iniciada.

finalmente encontraria sua possível tradução no mundo objetivo. Este momento, no entender de Lima Júnior, só acontece quando Gouveia vê a cachoeira de Paulo Afonso pela primeira vez (1963, p. 102) ou talvez, recuando ainda mais no tempo, conforme sugerem outros biógrafos, devido à presença de outra queda-d’água, a Bica do Ipu, próxima à cidade natal de Gouveia (ROCHA, 1970, p. 35; MARTINS, 1963, p. 33, 68). Para Mauro Mota (1960, p. 66), foi talvez “[a] visão desse desperdício” – as águas do riacho do Ipuçaba despencando de um paredão sem que ninguém se beneficiasse disso – que ficara marcada na memória do menino a fim de o homem pudesse vir a compensá-lo; e, para F. Magalhães Martins (1963, p. 33), tal visão tornar-se-ia uma obsessão ou fatalidade na vida de Gouveia. Repetir-se-ia quando o industrialista viajasse a *Niagara Falls* e quando decidiu mudar-se para o sertão de Alagoas e morar perto de outra cachoeira: Paulo Afonso (MARTINS, 1963, p. 33, 68). Esta repetição biográfica indicaria uma coerência no “eu” do sujeito, visto que podemos ler na reconstrução de uma trajetória de vida a presença insistente de um traço definidor que, nas biografias mais convencionais, os subtítulos, frequentemente, revelam.⁹

No entanto, a repetição também indica um processo de superação, uma vez que a recorrência do mesmo em diferentes situações representa o momento teleológico de uma transposição do “eu” ao mundo objetivo. A convenção fotográfica que determina que as pessoas estejam no primeiro plano e as paisagens em segundo sugere tal transposição. Tendo sido fotografado em *Niagara Falls*, que serve de fundo na foto, Gouveia superpõe-se à cachoeira, o que sugere que homem e geografia guardam uma relação que vai além da mera coincidência no tempo e no espaço.¹⁰ Conforme aponta o romancista Josué Montello), “[o] cantochão ensurdecido de Paulo Afonso, clamando por servir ao Brasil [...], encontraria eco nesse sertanejo arguto” (LIMA JR., 1963, p. 160).¹¹ Ecoando a perspicácia de Gouveia, a cachoeira encontraria nas ações

⁹ Vejam-se, por exemplo, as três biografias de Delmiro Gouveia citadas neste artigo. Dada a narrativa de Paulo Honório, poderíamos também ficcionalizar possíveis títulos para uma biografia do dono de São Bernardo: *Paulo Honório: o iniciador de uma família* ou, quem sabe, *Paulo Honório: o Delmiro de Viçosa*.

¹⁰ A foto de Delmiro Gouveia em *Niagara Falls* vem reproduzida à página 80-III do livro de Tadeu Rocha (1970).

¹¹ Lima Júnior esquece-se, em sua bibliografia, de incluir a fonte de onde tira a citação de Josué Montello.

do empreendedor a sua própria *raison d'être* do mesmo modo como Gouveia descobriria em Paulo Afonso a possibilidade de objetivar o seu ser. Também o governador, ao visitar São Bernardo, pede a Honório que lhe enviasse fotos. Sem dúvida funcionando como uma forma de testemunho ocular, as fotos selam também a sobreposição entre o iniciador e seu mundo criado.

Isto não quer dizer, no entanto, que as transposições estejam limitadas por uma coesão identitária nem que esta coíba uma subjetividade disseminada, multifacetada, a qual o consumo fomenta como uma forma de autoconstrução. Tanto quanto os posicionamentos ideológicos, jardins, salas ou um descaroçador de algodão – tudo através do qual nossas vidas são objetivadas ganha extrema importância, como podemos ver na descrição que Lima Júnior faz da Vila Anunciada, a mansão que Gouveia construiu para sua esposa. Relatar uma vida é, neste sentido, uma prática quase museológica, na medida em que devemos propiciar aos ouvintes ou leitores a possibilidade de *performances* imaginárias, como a que Lima Júnior põe em jogo em sua biografia de Gouveia. “Se fecharmos os olhos por alguns minutos,” diz Lima Júnior, “veremos, de certo, Delmiro e Dna. Anunciada [...] na entrada do salão principal recebendo, com distinção e fidalguia raras, [...] os convidados” (LIMA JR., 1963, p. 49). O que este ato de imaginação realiza é uma materialização absoluta, na medida em que Lima Júnior não apenas traduz a certeza de uma aparição espectral, mas também demonstra que ela deve ocorrer *in corpore*. A imaginação instila nas visões espectrais uma existência corpórea que só pode se desdobrar como uma cena indefinidamente reiterável ao mesmo tempo em que a corporeidade une o nome às projeções tanto no universo privado quanto no da produção material.

Neste sentido, “[t]udo está fora de mim” (RAMOS, 1997b, p. 186), uma das conclusões de Paulo Honório sobre sua própria trajetória pessoal, não é apenas uma lição aprendida, favorecida pela *illusio* inerente a construções retrospectivas.¹² A afirmação também resignifica a famosa

¹² Estou usando aqui *illusio* no sentido que lhe confere Bourdieu (1995), ou seja, como uma adesão ao jogo enquanto jogo, incluindo aí a aceitação de uma premissa fundamental: a de que o jogo merece ser jogado e ser levado a sério.

máxima de Marx e Engels (1998, p. 55) no *Manifesto comunista* de que “[t]udo o que era tido como sólido e estável se desmancha no ar”. Se “os homens são obrigados, enfim, a encarar de frente, sem ilusões, suas condições de existência e suas relações recíprocas” (MARX; ENGELS, 1998, p. 55), o que veem é um comércio entre nomes, corpos e objetos, o qual implica todo tipo de transposições. Novamente, a produção de Gouveia é paradigmática, conforme se vê em um cartão-propaganda para sua Cia. Agro Fabril Mercantil, que produziu a famosa marca de linhas *Estrella*.¹³

O cartão está dividido em duas metades. Do lado esquerdo, vê-se uma criança rasgando, sem esforços, uma peça de roupa, que lembra, assim, uma folha de papel, igualmente fácil de ser rasgada. Sob a figura da criança, escrito em um pergaminho, lê-se que a peça fora feita com “linhas de outras marcas e procedências”. Já no lado direito, dois homens nus e musculosos tentam, em vão, despedaçar outra peça de roupa. Sob a figura, em outro pergaminho, lê-se: “Linha da Pedra, Marca Estrella”. Agindo contra a força natural do homem – o cartão-propaganda sugere – encontra-se o poder de um tecido bem cosido, um texto cuja coesão é derivada daquela existente entre o nome de uma marca, um nome próprio e as transferências de energia implicadas na produção econômica. Se o tecido resiste a forças contrárias (os dois homens nus estão puxando a peça de roupa em direções contrárias) é porque o uso diligente das máquinas na feitura da roupa corresponde à força do nome “Delmiro Gouveia”. É, portanto, toda uma textualidade que o cartão-propaganda promove, incluindo aí a produção de bens de consumo, os nomes da marca e da companhia bem como uma trajetória pessoal, uma biografia. Sem esta produção interconectada, aparentemente sólida, a textualidade pode ser reduzida à matéria que se esgarça facilmente, como o tecido que a criança rasga, infantil. Contra esta debilidade e para evitar que o sujeito se perca em meio às fissuras que as construções identitárias abrem, um “eu” absorve todo tipo de fabricação da existência, formando uma textualidade que parece justamente erradicar a alienação inerente a qualquer ato de produção.

¹³ Uma reprodução do cartão-propaganda vem entre as páginas 152 e 153 do livro de Lima Júnior (1963).

E, no entanto, produzir é, necessariamente, alienar. Para reproduzirmos continuamente as nossas condições de existência, estamos sempre nos alienando, dando-nos, a nós mesmos, ao mundo objetivo que nos circunda. Porém, ao mesmo tempo, também procuramos sempre reapropriarmo-nos de nossos “eus” objetivados, engajando-nos em diferentes práticas reiterativas, que a própria noção de processo de citação sugere. Tais práticas podem assumir a forma de uma estranha representação que traz à baila uma memória fora do tempo, *Nachträglichkeit*, como se diz em psicanálise: nomes citados, indicando uma sensação estranha de que, de alguma forma, Outros já viveram traços de nossa existência.¹⁴ Ou, por outro lado, poder-se-ia falar de um lembrar o futuro que ainda está para ser: um herdeiro. Honório admite que não se sente inclinado a casar com nenhuma mulher em particular, dadas suas experiências erótico-amorosas anteriores, e que o que ele realmente sentia “era desejo de preparar um herdeiro para as terras de S. Bernardo” (RAMOS, 1997b, p. 57). Honório, evidentemente, não menciona nem filhos nem esposa. Sua família, aquela de que era o iniciador, constrói-se a partir de São Bernardo, ou seja, a partir de um “eu” que apenas existe, perceptivelmente, em sua exterioridade, em sua forma mais objetivada. Se tudo está fora de Honório é porque o “eu” só existe, enquanto forma perceptível, no seu “de-fora” e na sua capacidade de se aferrar a qualquer coisa que esteja neste espaço exterior. Um herdeiro, neste sentido, não é apenas agente de continuidade; um herdeiro institui o reconhecimento absoluto, a confirmação de que nossos “eus” objetivados merecem sobreviver à nossa própria existência.

São Bernardo é, neste sentido, prova de si mesmo, produção material em torno da qual um “eu”, nomeado Graciliano Ramos, parcialmente se constrói e se aliena. Espelho levantado diante de seus herdeiros-leitores, *São Bernardo* nos convida a buscar os jogos especulares, os mais improváveis, como um coronel alagoano, terratenente, mas nos quais reconhecemos, estranhamente, nossas próprias construções identitárias. *São Bernardo* – sem nunca chegar totalmente a ser – é “eu”.

¹⁴ Para uma discussão da noção de *Nachträglichkeit*, ver Laplanche (1999). Dentro deste campo conceitual psicanalítico, refiro-me também ao estranho familiar (*Umheimliche*) quando falo numa estranha representação ou sensação. Sobre o conceito de *Umheimliche*, ver Freud (1976).

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Lenin and philosophy and other essays*. New York: Monthly Review Press, 1971.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. In: *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994. p. 81-89.

BORDIEU, Pierre. *The rules of art: genesis and structure of the literary field*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DERRIDA, Jacques. *On the name*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

FORD, Henry; CROWTHER, Samuel. *Today and tomorrow*. Cambridge: Productivity Press, 1988.

FREUD, Sigmund. O estranho. In: *Obras completas VII*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 85-125.

GORDON, Avery F. *Ghostly matters: haunting and the sociological imagination*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

GOUVEIA, Delmiro. O caso Rosa e Silva. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 5, 21 jun. 1899.

KRIPKE, Saul A. *Naming and necessity*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

LAPLANCHE, Jean. Notes on afterwardsness. In: *Essays on otherness*. London: Routledge, 1999. p. 260-65.

LIMA JÚNIOR, Félix. *Delmiro Gouveia: o Mauá do sertão alagoano*. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1963.

MARTINS, F. Magalhães. *Delmiro Gouveia: pioneiro e nacionalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

MOTA, Mauro. A 'Estrela' de Pedra: Delmiro Gouvêa, civilizador de terras, águas e gentes. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, v. 9, p. 57-69, 1960.

OLSON, David R. *The world on paper: the conceptual and cognitive implications of writing and reading*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RAMOS, Graciliano. Recordações de uma indústria morta. In: *Viventes das Alagoas*. Rio de Janeiro: Record, 1984. p. 118-21.

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Rio de Janeiro: Record, 1997a.

RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 1997b.

ROCHA, Tadeu. *Delmiro Gouveia: o pioneiro de Paulo Afonso*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

SCHMANDT-BESSERAT, Denise. Two precursors of writing: plain and complex tokens. In: SENNER, Wayne M. (Org.). *The origins of writing*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1989. p. 27-41.